

A pressão dos credores

*Dívida
Externa*

O Brasil e seus credores estão-se aproximando do prazo que fixaram para encerrar as negociações, o próximo dia 29, sem a perspectiva de um acordo — advertiu, ontem, muito pessimista, um funcionário do governo americano. A consequência, se as negociações não forem prorrogadas, será dupla: a dívida brasileira sofrerá uma reclassificação, passando para **value impaired**, ou valor depreciado, e os bancos terão que abatê-la em 10 a 15%, num **write off** anual.

"A situação é grave", disse a mesma fonte, que é de uma área da administração Reagan que sempre defendeu o Brasil. A seu ver, as negociações "não são contínuas", estando atualmente, a sete dias do prazo marcado, progredindo em câmara lenta, à espera da volta do presidente do Banco Central, Fernando Milliet, que foi ao Brasil para consultas, ao esbarrar no impasse do pagamento de juros de janeiro.

Um grupo dentro do governo americano parece ter perdido a paciência com o Brasil, e isto se reflete tanto no **front** da informática como no das negociações da dívida, que se desenvolvem paralelamente. O tom mudou. Aqui, pensa-se que "o Brasil criou o problema e que agora tem de tirar suas

próprias conclusões. Desafiou o sistema financeiro internacional, desprezou o FMI, proclamou a moratória e não parece decidido a pôr sua economia interna em ordem".

O grupo que defende o Brasil encontra a cada dia mais dificuldade em "manter-se moderado". O Departamento do Tesouro, por exemplo, está empenhado em encontrar uma solução para as negociações do governo brasileiro e seus credores. Interveio no final do ano passado, fornecendo as bases para a conclusão do acordo interino e exercendo pressões sobre os negociadores. "Mas não podemos sugerir nenhuma solução que seja vista como um prêmio ao Brasil."

Um negociador brasileiro reclamou ao JT que as negociações estão progredindo lentamente. E vários banqueiros internacionais reclamam, com algum apoio do Departamento do Tesouro e do Federal Reserve, que o Brasil tinha prometido reiniciar o pagamento de juros a partir de 1º de janeiro, quando venceram cerca de US\$ 765 milhões. Este impasse impediu que as negociações recuperassem o atraso provocado pela renúncia do ex-ministro Bresser Pereira, que podem ser levadas em conta para uma eventual prorrogação.

A avaliação de uma fonte do governo americano acompanhando as negociações é a de que os grandes bancos prefeririam permanecer negociando, após o dia 29. "Mas os bancos não estão mais demonstrando uma unidade perfeita no comitê, e muitos são aqueles que querem encerrar as negociações." É numa ruptura que entra em ação o **Icerc**, um comitê que já decidiu rebaixar a dívida brasileira para **value impaired**, no ano passado, mas manteve suspenso o comunicado oficial à comunidade financeira internacional.

"Se o Brasil não levar a sério esta crise, as primeiras baixas serão as dos bancos brasileiros em Nova York" — advertiu um banqueiro internacional, lembrando que não se pode prever, depois de uma decisão do **Icerc**, o que acontecerá às linhas de curto prazo e interbancárias, no valor de US\$ 15 bilhões. Para ele, porém, as negociações continuarão após o prazo fixado, prorrogado pelos bancos. "Mas isto fica cada vez mais difícil. Para cada adiamento é necessário maior número de votos. Uma aprovação agora requer 60% dos bancos."